



Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.

Dia 01 de Novembro de 2022, das 14h às 17h.

Local: Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo

Sala Sérgio Vieira de Mello

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

| | Nome/E-mail | Instituição |
|-----------|--|--|
| 1 | Bruno Saraiva Santana | Secretaria Municipal de Cultura |
| 2 | Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br | Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3) |
| 3 | Cecilia Galicio ceciliagalicio@hotmail.com | Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante da sociedade civil |
| 4 | Cecilia Motta cecimotta@uol.com.br | Projeto Quixote |
| 5 | Cristiano Avila Maronna cmaronna@msm.adv.br | Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP) |
| 6 | Cláudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Saúde (SMS) |
| 7 | Guilherme Trevisan Kortas gtkortas@gmail.com | Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GREU/USP) |
| 8 | Guilherme Peres Messas gmessas@gmail.com | Comitê para Regulação do Álcool (CRA) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo |
| 9 | Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) |
| 10 | Isabela Marques Lemos | Coord. Políticas de Drogas/SMDH |

| Nome/E-mail | | Instituição |
|-------------|--|---|
| 11 | Márcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Educação (SME) |
| 12 | Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com | Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP) |
| 13 | Maria Izabel Fernandes | Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania |
| 14 | Renato Viterbo renatoviterbo103@gmail.com | Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo |
| 15 | Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria de Governo Municipal |

Conselheiros ausentes (com justificativa)

| | | |
|---|--|---|
| 1 | Alcione Moreno alcionem@uol.com.br | Fundação Porta Aberta |
| 2 | Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org | Associação Aliança de Misericórdia |
| 3 | Regianne Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br | Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP) |
| 4 | Guilherme Euripedes Silva Ferreira geuripedes@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) |
| 5 | Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com | Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP) |
| 6 | Danilo Polverini Locatelli danilo.locatelli@uol.com.br | Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (NEPSIS/UNIFESP) |
| 7 | Vera Lúcia Bagnolesi vbagnolesi@sp.gov.br | CONED – Representante do Poder Público |
| 8 | Euclides Conradim econradim@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) |

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

| Nome/E-mail | | Instituição |
|--------------------|--|---|
| 1 | Amanda Cardoso Silva amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br | Secretaria Municipal de Esportes, Lazer (SEME) |
| 2 | Felipe Becari Comenale felipe.becari@saopaulo.sp.leg.br | Com. Saúde Prom Social Trab Mulher |
| 3 | Francisca Henrique de Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br | Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude |
| 4 | Ricardo Abrantes do Amaral ricardo.amaral@hc.fm.usp.br | Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) |

Demais presentes

| Nome/E-mail | | Instituição |
|--------------------|--------------------------------|--|
| 1 | Paulete Secco Zular | Coordenadoria Regional de Saúde Centro |
| 2 | Elaine Maria Buono de Oliveira | Supervisão Técnica de Saúde Santa Cecília |
| 3 | Isabella Soares | Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) Departamento de Política Social dos Direitos Humanos (DPS) |
| 4 | Beatriz Malagueta | Estudante de Psicologia |
| 5 | Flavio Roberto Campos | Gabinete Ver. Eduardo Suplicy |
| 6 | Nathália Pressuto Pernachiori | Gabinete Luana Alves |
| 7 | Roberta Sato | Gabinete Luana Alves |
| 8 | Felipe Martins | ABRAMD |
| 9 | Jorge Arthur Floriani | ABRAMD |
| 11 | Maria Angélica | É de Lei |
| 12 | Michel de Castro | PBPD |
| 13 | Bruno Santos | Munícipe |

ABERTURA

INFORMES

PAUTAS

Ciclo Formativo - apresentação formato final/inscrições;

Grupo Interdisciplinar sobre a Cracolândia da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (ALESP e Câmara);

CAPS AD Boracéia/CCP;

Inquérito MP sobre Comitê Gestor da Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas;

Composição do Conselho - Novas representações e ausências injustificadas.

ENCAMINHAMENTOS

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

Marcos Muniz inicia agradecendo e informando que a pauta de hoje será extensa e a reunião começa com a apresentação dos presentes.

2 INFORMES

Jorge Arthur (ABRAMD) informa que a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e Adolescente (CEMESCA) contratou uma consultoria que vem realizando um bom trabalho. Informa também que a Comissão está com o plano municipal de enfrentamento à violência sexual contra a criança e adolescente estava paralisado a décadas e agora parece que será levado a cabo. Refere ter sugerido que o produto final seja dividido com o COMUDA-SP. A apresentação deste material está agendada para 24 e 25/11/2022 e o mesmo solicita que na reunião ordinária de dezembro do COMUDA-SP seja aberto espaço para que sejam apresentados brevemente os resultados colhidos. Apresenta outro informe, de que a Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD) e a Associação LGBTQIAP+ estão criando um material de educação sobre drogas com ênfase para pessoas trans e que também serão feitas algumas visitas em algumas cidades para divulgação do

material e que seria interessante apresentá-lo para o COMUDA-SP também; tal material será traduzido também em Pajubá, linguagem utilizada por travestis, mulheres trans em situação de rua, enquanto linguagem de resistência dessa população. Refere que Zázá (ABRAMD) iria vir mas não pode comparecer e que irá mandar o material por e-mail.

Guilherme Kortas (GREa) refere ter três informes. Primeiro, sobre o CAPS VI Redenção diz ter solicitado transferência deste serviço devido às denúncias sobre os encaminhamentos para o Hospital Cantareira e para o CCP e que atualmente está trabalhando no CAPS Sé e que gostaria de informar sobre seu desligamento do CAPS IV Redenção. Informa que o GREa vai se mudar, saindo do HC/IPQ e será transferido para o HC Perdizes que será inaugurado dia 08/11 (previsão). Conta que será um centro mais especializado, que contará com ambulatório, hospital-dia e terá enfermaria. Por fim, sobre o GT do Espaço de Uso do COMUDA-SP, solicita seu desligamento uma vez que está com muitas atribuições frente ao GREa.

Marcos Muniz agradece **Guilherme Kortas** pela contribuição no respectivo GT e a conselheira **Maria Izabel** por providenciar o espaço para a reunião.

3. PAUTAS

1. Ciclo de Aperfeiçoamento - apresentação formato final/inscrições;

Carol Salado informa o panorama das inscrições do Ciclo de Aperfeiçoamento promovido pelo COMUDA-SP e Coord. de Políticas de Drogas da SMDHC para os trabalhadores da rede. Diz que até o momento foram realizadas 146 inscrições. Diz também que parte dos inscritos são de profissionais que não atuam na região central (público-alvo do Ciclo) e que é necessário decidir se será liberada a participação desses inscritos. Informa que temos a capacidade de até 250 inscrições. Solicita definição do Plenário se será permitida a participação dessas pessoas caso sobrem vagas. Pergunta para as Conselheiras **Claudia Longhi** e **Isabel Figueiredo** se a divulgação deu certo para os profissionais da região central e solicita reforço na divulgação junto aos mesmos e refere que, caso sobrem vagas, possa ser aberta as inscrições para profissionais de outros territórios – priorizando os do centro. Informa que todos os palestrantes já estão confirmados.

Claudia Longhi diz que na área da saúde existe o PLANEP – Plano de Educação Permanente, onde são pactuados junto às OSs as formações no decorrer do ano para as equipes de saúde mental. As formações pactuadas no PLANEP é garantida a participação dos

trabalhadores de acordo com a mesma. Diz que no momento algumas destas formações estão ocorrendo e que as equipes já estavam organizadas para tal, sem desconsiderar a importância do Ciclo promovido pelo COMUDA-SP.

Carol Salado refere que a Comissão Organizadora do Ciclo tem recebido a demanda de profissionais de outros territórios, mas que até o momento a comissão tem considerado apenas a participação do público-alvo original (profissionais do centro). Não havendo objeções, pontua que até o final de semana próximo a Comissão aguardaria as inscrições e tomaria a decisão de acatar ou não a demanda, a depender da disponibilidade de vagas.

Representatividade do CONED

Marcos Muniz diz que a pauta sobre a representatividade do CONED no COMUDA seria apresentada enquanto informe, mas dada a relevância e possíveis impactos dentro do COMUDA-SP, foi definida que a mesma seria inserida como pauta para se pensar em quais caminhos será seguido pelo conselho, informando que o CONED está em transição em seu colegiado.

Diz que o CONED terá um hiato, uma vacância na representatividade de todos os seus conselheiros, uma vez que é necessário esperar o novo Governo eleito para serem feitas as nomeações (de seus novos conselheiros). Enquanto isso não ocorre os CONED não terá sequer suas reuniões ordinárias. O plenário questiona se foi feita alguma tentativa para que não ocorresse essa vacância e o mesmo responde que foram consultados pelo CONED os órgãos de controle (MP, TCE, etc) assim como foi consultada a Secretaria de Governo e ambas se posicionaram contra (continuidade dos trabalhos do CONED até as novas nomeações). Refere que o que se mantém é apenas a Coordenação Executiva do CONED para cuidar desta transição, sendo que o CONED ficará inoperante, sem nenhuma atividade por um tempo previsto de aproximadamente 3 meses. Diz que quase 10% da representação do COMUDA-SP se refere às cadeiras do CONED, com a **Cecília Galício** eleita Vice-Presidente pelo plenário e todas suas atribuições na Coordenação Executiva e a conselheira **Vera Balognese**. Refere ter comentado com **Vera Balognesi** de que seu entendimento era de que o COMUDA-SP não poderia sofrer as consequências da inoperância do CONED, destacando a importância destas duas representações e que colocaria em discussão no Plenário para que o mesmo possa se manifestar. Pontua que **Vera Balognesi** informou que a representação de todos os conselheiros do CONED vai até o dia 22/11/2022 e que não haveria muito o que ser feito. Considera ser uma situação a ser discutida e reitera que enquanto Conselheiro

Presidente entende que o COMUDA-SP não pode sofrer consequências por conta desta situação e abre a discussão para o plenário.

Cristiano Maronna diz que pode ser usado como precedente uma situação semelhante ocorrida na gestão passada do COMUDA-SP, onde a vacância em decorrência de uma eleição, no caso eleição municipal, fez com que os mandatos fossem prorrogados até que fosse possível a atualização da representação do COMUDA-SP, de modo que não houvesse interrupção nos trabalhos do Conselho. Diz que, considerando o interesse da cidadania paulistana, nos trabalhos que já estão em desenvolvimento pelas Conselheiras **Cecília e Vera**, qualquer interrupção seria ir contra os interesses dos cidadãos; defende esse posicionamento até para que o COMUDA-SP possa se preparar caso haja alguma mudança nesse sentido, para que se possa ter o planejamento necessário para que os trabalhos não sejam interrompidos nem prejudicados. Diz acreditar que o interesse na continuidade dos trabalhos e cidadania paulistana, deve ser seguido o precedente da gestão passada e considerar estendido o mandato até que o CONED eventualmente delibere em outro sentido. Diz que aqui há uma série de trabalhos e projetos e que teremos um impacto negativo naquilo que já está em curso caso ocorra qualquer mudança. Reforça que tomando o precedente existente e pensando na continuidade dos trabalhos, de modo que não haja nenhum prejuízo, sugere que seja estendida a representação das conselheiras **Cecília e Vera**, que representam o CONED no COMUDA-SP, até que haja nova deliberação por parte do CONED.

Guilherme Messas contextualiza dizendo que existiu uma reunião (reunião ordinária do CONED) em que ele e vários dos presentes participaram, em que foi detidamente analisada a situação dos membros do CONED. Pontua que o CONED nos últimos dois anos tem sido muito atento aos detalhes regulamentares, donde o regulamento tem sido minuciosamente respeitado no CONED, existindo uma arguição às instâncias competentes em relação ao tema, onde foi explicado na reunião que extingue-se a gestão do CONED, ou seja, a inexistência de representatividade no CONED até a nova composição. Refere respeito à posição apresentada por **Cristiano Maronna** mas diz que seria uma ação ilegal a sugestão apresentada pelo mesmo. Refere que particularmente apoiaria a continuidade dos trabalhos das pessoas que compõem o COMUDA-SP, mas propõe que os órgãos competentes que regulam a matéria, de modo que não haja uma ilegalidade.

Ricardo Iasi concorda com a fala de **Guilherme Messas** e refere que soube da notícia naquele momento; diz entender que estamos em um momento de reflexão conjunta do que fazer e acredita que o plenário não tem condições de tomar uma deliberação naquele momento. Diz que é preciso entender melhor qual a situação de **Cecília e Vera** no CONED

atualmente. Refere que se for na linha apresentada por **Guilherme**, em que a gestão do CONED foi extinta, então elas não seriam mais do CONED hoje em dia, questiona **Ricardo Iasi**. Retoma a lei 17.089 que versa sobre o COMUDA-SP, que aponta dois representantes do CONED no COMUDA-SP (1 da sociedade civil e 1 do poder público), externa sua preocupação de atender os preceitos legais; diz acreditar ser necessário um pouco mais de reflexão para se entender se é possível alguma deliberação. Pontua que particularmente considera as duas conselheiras ótimas representantes e suas contribuições junto ao COMUDA-SP mas que fica preocupado em ser feito algo que fique fora da regularidade.

Isabela Lemos diz que gostaria de marcar algo importante de que as duas conselheiras tem sua importância na representação do CONED porém tem posições distintas no conselho. Comenta que Cecilia é a Vice-Presidente do COMUDA e que após a última reunião do CONED, onde legalmente as coisas ficaram meio tumultuadas, fora orientada a entender como isso funcionaria no municipal, uma vez que no CONED já está resolvido o que será feito, onde fora barrada a continuidade do mandato. Diz nada impedir que a **Vera** continue participando do COMUDA-SP e que assim se espera, mas diferencia novamente a posição desta em relação à de **Cecilia**, enquanto Vice-Presidente. Buscou junto à Assessoria Técnica, que por sua vez conversou com a Assessoria Jurídica da SMDHC e destaca dois pontos: a lei municipal 17.089 fala sobre de dois representantes (do CONED) mas a mesma não fala sobre a descontinuidade, bem como o Regimento Interno do COMUDA-SP não cita isso. Aponta que o que temos no Regimento Interno hoje, e que seria isso que o Plenário deveria se ater, que seria o caso específico de **Cecilia** pois isso sim traria uma descontinuidade para o COMUDA-SP, que é a Plenária quem decide e que isso está bastante claro no Regimento Interno. Reafirma que existe uma diferença importante entre um Conselheiro e um Vice-Presidente e que isso mudaria completamente a continuidade dos trabalhos. A mesma apresenta parecer da Assessoria Técnica da SMDHC que fundamenta seu argumento.

Marcos Muniz questiona **Isabela** se ela se referia ao Art. 28¹ do Regimento Interno do COMUDA-SP, ao passo que a mesma confirma. Diz concordar com **Ricardo Iasi**, onde deve-se ir entendendo melhor de modo que o posicionamento do COMUDA-SP não caia em ilegalidades enquanto Conselho mas diz entender que de fato precisa-se definir o que será feito. Diz achar que **Vera** não continuará no CONED pois finda-se seu segundo mandato, porém que a mesma ficaria até o final dessa transição no CONED. Pontua também que o Art. 28 é muito claro.

¹ Art.28 Os casos não previstos no que se refere ao assunto de funcionamento do conselho serão discutidos e deliberados em sessão plenária.

Cristiano Maronna retoma a palavra e, seguindo a mesma linha de **Isabela**, comenta que se o Regimento Interno permite que o Plenário delibere e que se temos esse precedente em relação à gestão anterior, não há nenhum problema de ilegalidade, ao contrário, não havendo necessidade de consulta jurídica. Diz que deveria ser discutido ali quais seriam justamente os prós e contras da manutenção da Vice-Presidente **Cecília**. Diz que a seu ver só há contra a saída dela e que isso significaria a interrupção de um trabalho que vem sendo feito a alguns meses. Diz que **Cecília** vem realizando visitas em serviços, produção de pareceres e uma série de atividades que se perderiam se ela simplesmente for retirada, sendo um prejuízo para o próprio Conselho. Lembra as grandes dificuldades da gestão anterior do COMUDA-SP, por sua inoperância, sua falta de diálogo, da falta de vontade política de fazer o Conselho funcionar. Refere que agora que o Conselho está de fato acontecendo, onde tem sido estabelecido um diálogo muito produtivo que está servindo à sociedade paulistana. Pontua que qualquer posição outra que não seja a de manutenção de **Cecília** não existe justificativa.

Ricardo Iasi diz não entender sobre a diferença da situação das duas Conselheiras (**Vera** e **Cecília**).

M^a Angélica Comis diz que **Cecília** foi eleita como vice-presidente pelos conselheiros.

Ricardo comenta que Vice-Presidência, conforme o Regimento Interno, é exercida por um Conselheiro. Questiona se ela deixou de ser conselheira. Se não, pontua que **Vera** também não.

Cristiano Maronna questiona qual o problema disso.

Ricardo Iasi comenta que a situação de ambas não lhe parece diferente.

Cristiano Maronna pontua que se a decisão for a de **Cecília** continuar onde está, acredita que a situação de **Vera** seria a mesma coisa, até que o CONED delibere em outro sentido a mesma continuaria fazendo parte.

Ricardo Iasi retoma a questão anterior, de que **Cecília** e **Vera** estão aqui por serem conselheiras do CONED? Deixaram de ser do CONED? Isso faz com que elas possam não estar aqui? Pontua ser questionamentos teóricos, não se referindo às pessoas das conselheiras em questão.

Cristiano Maronna retoma que o Regimento Interno é claro, em que os casos omissos são discutidos pelo plenário e este tem legitimidade para dizer que vão continuar até que o CONED ratifique essa representação e enquanto isso não ocorrer continuam na esteira do precedente da gestão anterior do COMUDA-SP.

Cecília comenta que hoje já foi operacionalizada a representação do CONED e que não há uma troca absoluta dos conselheiros. E que todos que representam as entidades serão

recolocados na permanência e continuidade dos trabalhos. E diz que a continuação da presença dela no COMUDA-SP é de escolha do conselho e que de qualquer modo a coordenação executiva continuará a ter a sua contribuição. Pergunta porque a Coordenação Executiva não poderia continuar. Refere pensar que a continuidade dos trabalhos será comprometida até que o CONED faça as novas representações e poderá inclusive não ser ela. Mas isso não a desqualifica como conselheira do CONED e que a decisão é da plenária.

Guilherme Messas diz que o conselho está deliberando antes de uma eleição de um representante, antes de um ofício.

Cecilia Galício diz que 22/11/2022 finda-se esta representação e que teremos projetos em curso e que pela fala de **Guilherme Messas**, a partir do dia 23/11/2022, ela não deveria mais participar do conselho. E pede que ele vote.

Guilherme Messas diz que não acata o comentário de **Cecília Galício** e comenta que a situação guarda laivos de tirania.

Marcos Muniz pede calma e decoro, reforçando a importância da presença de **Vera** e **Cecília**, que as duas fazem parte disto. E que também não é o desejo do conselho operar na ilegalidade. Pontua que pelo CONED não temos governabilidade mas do COMUDA sim.

Ricardo Iasi diz que sobre essa situação dos conselheiros que representam o CONED e que tem dúvidas se o entendimento do plenária está correto. Refere não haver matéria a ser votada hoje e que a reunião foi convocada com menos de 7 dias e que devemos rasgar o regimento se não iremos segui-lo, e que o regulamento serve para todos e que é perigoso colocar algo que não foi pra pauta e que não estava claro a dias antes da reunião. Refere-se à Coordenação Executiva: “(...) hoje vocês estão na coordenação, outro dia pode não ser.”

Cecília Galício pergunta qual seria a sugestão de **Ricardo**.

M^a Angélica Comis sugere que a matéria seja votada na próxima reunião.

Cecilia Galício diz que mandamos a convocação na quarta e que a reunião do CONED foi na quinta e que estamos numa questão de calendário.

Marcos Muniz, em resposta ao questionamento de **Ricardo Iasi**, pontua que o Art. 3 item V² permitia o acolhimento da demanda de trazer a discussão, dada a relevância da mesma. Diz ainda que existe uma interpretação sobre o Art. 28 do regimento interno de que poderíamos chegar em uma decisão caso a plenária fosse favorável.

² V - As pautas das sessões ordinárias ou extraordinárias, poderão ser definidas em plenário para a sessão subsequente ou pelo Presidente, podendo também ser enviadas pelos Conselheiros sugestões de pauta até 3 dias antes da data da sessão ordinária, ficando ao cargo da Coordenação Executiva avaliar a pertinência em acrescentar à pauta o tema proposto;

Cristiano Maronna diz que deveríamos fazer a votação, para que possamos discutir sobre a continuidade do conselho e que já houve um precedente na gestão anterior.

Marcos Muniz comenta novamente a opção de votarmos hoje ou não.

Claudia Longhi diz que se acompanharmos o que o **Ricardo** falou de fazermos na próxima reunião mês que vem, ela comenta em usarmos este argumento para termos uma posição do CONED sobre esta decisão.

Cecília Galício pede para encerrarmos esta pauta e para focarmos sobre as questões importantes e as outras pautas.

Ricardo Iasi diz que quer deixar claro pois esta questão é relevante e que o Art. 28 não pode ser usado como “carta branca” e que para aprovarmos temos que ter uma convocação com 7 dias antes e se o assunto surgir antes convocasse uma reunião extraordinária. Pontua que não pode ter uma votação sobre um assunto que os conselheiros não estavam sabendo e que temos conselheiros ausentes.

Cecilia Galício reforça que há decisão do plenário sobre a votação e sugere que as oposições estejam registradas em ata.

Renato Viterbo sugere que para garantir a legalidade seja votado em uma próxima reunião.

Jorge Arthur em relação à posição de **Ricardo**, diz que o mesmo tem toda razão sobre sua opinião. E que agora dizer que não se sabe a importância sobre os projetos em curso e que a interrupção criminosa deste conselho estaria longe da consciência de cada um e que há a necessidade da votação e com o perigo de sermos “enrolados” novamente.

Felipe Martins pede para sermos mais resolutivos e que estamos esbarrando no tema de novo sobre a paralisação dos conselhos.

Marcos Muniz pede para fazermos a votação e pela manifestação do conselho se iremos deliberar.

Guilherme Messas fala que os pressupostos é que a posição é seja legalista e que não dá pra saltar a legalidade porque não poderemos voltar.

Isabela Lemos diz que há um ponto desconsiderado e que o CONED comentou que a decisão seria do COMUDA. E que há a necessidade da discussão do regimento do COMUDA-SP.

Isabela explica para **Renato** que se não for deliberado nesta data, na próxima reunião não haverá mais representatividade para **Cecília**.

Cristiano Maronna lê novamente o Art. 28 e diz que é competência do conselho e que gostaria de registrar sua curiosidade sobre o interesse na publicação das atas do COMUDA-SP.

Marcos Muniz define pela votação diante da manifestação do plenário e do parecer da SMDHC.

Renato Viterbo comenta que se existe um parecer jurídico e que deixa a decisão ao conselho, que deve ser votado nesta data. Comenta também que não há uma manipulação de discurso.

Isabel Figueiredo pergunta sobre o que está sendo deliberado pois ela chegou com atraso.

Isabela Lemos explica que a assessoria técnica da SMDHC diz que pediu para levar para a plenária.

Votação:

Foram contra a votação de hoje a permanência da Cecília: Ricardo Iasi, Renato, Guilherme, Claudia Longui, Bruno e Izabel. Foram a favor da votação para hoje Marcos, Cecilia, Carolina, Isabela, Maria Izabel, Cecilia Motta, Márcia, Cristiano Maronna, Guilherme Kortas.

Ricardo Iasi diz que irá trazer por escrito que a votação é nula e que por isso não irá votar.

Votação:

Pela não continuidade das conselheiras Cecília e Vera: não há votos.

Pela continuidade das conselheiras Cecília e Vera: Marcos, Cecília, Carolina, Marona, Márcia, Isabela, Maria Isabel, Guilherme Kortas, Cecilia Motta, Renato Viterbo.

Guilherme Messas, Cláudia Longhi, Bruno Saraiva e Isabel Figueiredo pontuam que, se a votação for legal eles votam a favor da continuidade da Cecília.

2. CAPS AD Boracéia/CCP:

Marcos Muniz inicia dizendo que houve uma carta aberta por parte dos trabalhadores a partir da instalação do CCP, seus leitos e perspectiva de trabalho. Diz que os usuários ficavam em regime de internação e que o conselho foi convidado pelo Ministério Público para uma fazer uma visita e que **Cecília** acompanhou a mesma. Esclarece que este serviço opera dentro das instalações do CAPS AD Boracéia, interferindo na dinâmica de trabalho técnico do CAPS de acordo com relatos de profissionais que chegaram até a Coordenação Executiva sob a condição de anonimato.

Refere que a gerente do CAPS AD/Boraceia teve férias compulsória, sendo dispensada pela OS e que a gestora do CCP, chamada **Rosângela** estaria operando a gestão do CAPS também. Refere que todos os oficineiros foram retirados e que os usuários dos dois serviços vão

ocupando os mesmos espaços. Por fim, ressalta que o cuidado operado pelo CCP não segue os a perspectiva do cuidado em liberdade.

Michel disse que trouxe a carta da denúncia impressa e distribuiu aos presentes.

Cecilia Galício diz que a visita foi um resumo do que foi relatado na carta. Pontua ter sido questionado qual eixo do cuidado esse serviço está enquadrado e qual ligação dele na RAPS, sendo que os questionamentos foram conduzidos neste sentido (na visita). Menciona que foi encaminhado ofício à Secretaria Municipal de Saúde e diz esperar que essas perguntas sejam respondidas. Refere ter tido a impressão de que os profissionais não sabem exatamente o que estão fazendo ali. E que há conflitos terapêuticos muito graves no mesmo espaço, gerando confusão até para os usuários. E que perguntaram porque seria tão urgente a inauguração deste serviço dentro de um outro aparelho já iniciado e que queriam convidar a secretaria municipal da saúde para responder algumas perguntas.

Marcos Muniz lê para o plenário os questionamentos contidos no ofício:

- O que é o CCP?
- Qual a regulamentação deste serviço?
- Como é operado o cuidado realizado por este serviço?
- Como ele se insere na política de atenção aos usuários de álcool e outras drogas do município de São Paulo? Qual é o fluxo de entrada e saída dos usuários que estão neste serviço?
- Como está sendo financiado este serviço?
- Quanto irá custar o valor total de implementação e funcionamento deste serviço?
- Qual a participação do Comitê Gestor da Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas na implementação deste serviço?

Claudia Longhi começa respondendo as perguntas dizendo que o Serviço de Cuidado Prolongado (SCP) está em construção (e não CPP). Trata-se de um projeto e que não está dentro do Programa de Redenção. Que foi pensado pela Prefeitura e que a demanda junto a área da saúde é em função da evolução do Programa Redenção e da sexta fase da Operação Caronte. Foi pedido que a área da saúde se incumba de instrumentalizar melhor para cuidar das pessoas que estão na cracolândia. Diz que o projeto foi refutado, reconsiderado e redesenhado. Foi pedido um projeto daqueles casos da cracolândia, menciona que **Guilherme** já participou da atenção em relação a usuários que não conseguem sair do ciclo de uso por limitações físicas, e não têm acesso a serviço social e de saúde.

Cecília Galício pergunta quem solicitou o programa e sobre a proposta de abstinência.

Claudia Longhi disse que foi solicitado este projeto pela Secretaria de Governo, complementar ao programa que já existe. E que para algumas pessoas e sujeitos a abstinência faz sentido e que a redução de danos não exclui a abstinência. E que está tendo este projeto inicial, com um parceiro da região central (OSS) que está elaborando o mesmo, garantindo direitos e dentro da perspectiva de um serviço aberto. Que não será fechado e involuntário. Que o usuário entra no programa voluntariamente e que poderá sair a qualquer momento do programa. Diz ainda que ela e seus assessores estavam finalizando o projeto ontem e que o mesmo, assim como SIAT II e III, está dentro do programa Redenção e que inclui abordagem inicial no fluxo pelas equipes do Redenção na Rua.

Marcos Muniz questiona se a polícia estaria encaminhando usuários para este serviço.

Claudia Longhi disse que no início aconteceu e que eles pediram que isso se cessasse e que isto foi revogado, eles somente recebem os encaminhamentos do CAPS IV, SIAT emergencial e UPA de urgência. Diz que o sujeito abordado, que se no projeto terapêutico dele, a abstinência fizer sentido, ele é aceito no hospital cantareira por 7 dias até estabilizar o quadro psiquiátrico e que após isso a equipe SCP irá no hospital acompanhar este casos para acompanhar o período de alta dos mesmos. E que o CAPS AD Boracéia é grande e que a SCP será em cima do prédio do CAPS AD e que não tem uma gerência só para ambos os serviços.

Marcos Muniz pergunta se a gestão é a de uma profissional chamada Rosangela.

Claudia Longhi pede que **Elaine** (Supervisora STS Santa Cecília) e **Paulete** (coordenadora de Saúde da região Central/ CRSC) presentes na reunião de hoje, falem mais do dia a dia no território. Quanto a essas questões entre os serviços que estão próximos, pontua que são mais complicadas mesmo, diz que “vai morar na casa da cunhada, dará briga”, usando como analogia à situação dos serviços no mesmo espaço. E diz que uma equipe entra e interfere no trabalho do outro e que a **Elaine** supervisora da STS Santa Cecília está cotidianamente no CAPS AD e SCP para presenciar os processos de trabalho. E que hoje como o SCP não está finalizado ainda há a necessidade de ocupação dos leitos dos CAPS e que o controle é feito pela demanda.

Cecilia Galício diz que não faz sentido porque o CAPS é rotativo e o SCP é período de 90 dias.

Marcos Muniz pergunta sobre os leitos do CAPS.

Claudia Longhi diz que o CAPS IV tem leitos de observação. E que a situação é temporária e que a gerente está respondendo pelos dois serviços porque a gerente do CAPS AD está de férias. A ideia seria compor com a RAPS e ofertar um “plus” a mais dentro da saúde para

uma demanda que não estava sendo acessada. Pontua que a carta foi assinada por um coletivo e que acha estranho não ter a assinatura de quem fez e quais pessoas viveram isto.

Cecília Galício pergunta se não havia a necessidade de discutir este programa no COMUDA pela Secretaria Municipal de Saúde.

Claudia Longhi diz que o projeto não é da SMS e que está dentro de um programa maior e que não poderia decidir isto sozinha, além de não ter tido tempo hábil para isso.

Maria Izabel diz que tem recebido várias denúncias sobre este serviço. E que foi na visita a este equipamento e que a gerente estava super despreparada e que não sabia nada sobre os parceiros dos serviços. Absolutamente nada. E que elas receberam uma denúncia de que os usuários tiram os celulares e que são obrigados de fazer 3h de meditação, todos os dias. E que a grade de atividades não há diversidade. Também receberam denúncia de que a gerente Rosângela colocou como meta de produção aos funcionários de 300 para 600 atendimentos. Os mesmos deveriam “se virar” e que há uma falta de psiquiatra dentro da equipe do programa. E que o projeto está muito falho e pergunta também quando que acaba a reforma.

Cecilia Motta diz que fez a visita da SIAT e que já haviam rumores sobre que algo aconteceria sobre esse assunto. E pergunta quem escreveu o projeto para a **Claudia Longhi**. Diz que temos que ter cuidado sobre os atendimentos e que são pessoas poucas qualificadas para esta área. E que pessoas que chegam no mesmo espaço tem que falar a mesma língua, e que nesta situação provavelmente dará problemas futuros.

Michel Marques pontua que o plano de trabalho com contrato de gestão quem faz é o contratado e não o contratante (no caso a Prefeitura). E diz que é gravíssimo, trabalhadores do CAPS AD Boracéia e que a Rosângela é uma moça que trabalhava numa clínica particular e que não tem currículo para se coordenadora de um CAPS. E que isso fragiliza a RAPS de uma forma grave e que, há mais de 12 anos, a atual gerente do CAPS AD Boracéia Ludmilla trabalha na rede e foi forçada a tirar férias para voltar no dia 09/12/2022 e não sabe se irá voltar mesmo e diz que isso é uma vergonha. E pergunta quem define as metas de atendimento e que não são 600 atendimentos em relação ao processo. E como teríamos uma gerente sucateando e assediando o trabalhador. Apresenta denuncia realizada através de ofício realizado por entidades da sociedade civil (SEI processo do SCP, 6018.2022/0065108-4), onde consta a minuta do contrato do SCP junto à OSS. Diz ser um contrato caríssimo de quase R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por mês por um período de 1 ano, e que este valor é quase o mesmo valor de um CAPS e que tem atualmente apenas 4 usuários sendo que no plano de trabalho consta para 31 pessoas. Comenta também que na RAPS trabalha-se a autonomia e que depois mandamos pra um serviço SCP fora do território. Conclui que

estamos contratando uma profissional desqualificada e pede pra supervisora **Elaine** observar isto, que monitore o serviço de mais perto, e que a nota técnica de 2021/2022 está descolada do serviço oferecido. E também que uma das atribuições do conselho é acompanhar as políticas públicas e que o conselho crie um GT de acompanhamento deste serviço. Manifesta ainda sua insatisfação por conter laborterapia no plano de trabalho do SCP.

Alex Navarro (CMS) reforça a fala de Michel e retoma a necessidade de passar os documentos referentes ao plano de trabalho, pois não foram discutidos nem com o Conselho Municipal de Saúde, nem com a subcomissão de saúde mental do CMS. Refere que a pauta está indicada para a reunião do CMS no dia 17/11/2022 a partir das 14h. Reforça a importância do trabalho em conjunto entre os conselheiros. Destaca que a conferência municipal de saúde mental aconteceu em diversos territórios e essa pauta não foi discutida, apontada ou pautada pela gestão municipal.

Claudia Longui esclarece que o projeto foi escrito pela OSS parceira da Prefeitura AFNE e que a SMS está revisando o plano de trabalho pela área técnica de saúde mental. Refere que **Michel** trouxe pautas importantes, acredita que as atividades precisam ser revistas, que tem coisas inadequadas e que precisam se adequar. Pontua novamente que **Elaine** está cuidando disso pessoalmente e está sendo acompanhada diretamente pela RAPS. Reforça que o Redenção na Rua também está na RAPS. Que não está mudando a política de saúde mental. Se propõe a fazer uma apresentação sobre o projeto do SCP e de todo o programa Redenção está na saúde, todo o recurso está na SMS, por ser a secretaria mais adequada. Comenta que quando estava na STS e Coordenadoria estava sempre perto do cotidiano dos serviços mas que agora na gestão da saúde mental da SMS, sempre que sabe de alguma questão procura acompanhar. Solicita a **Paulete** e **Elaine** para se posicionarem

Renato Viterbo fala que tem a impressão de que as pessoas envolvidas não têm experiência. Afirma que estamos identificando vários problemas e reforça que o conselho deve tomar atitudes.

Marcos Muniz fala que estamos exatamente fazendo isso quando pautamos o tema na reunião e daqui também deliberaremos outras ações.

Elaine se compromete a acompanhar o serviço e diz que neste momento não está adequado, pois tem dois serviços no mesmo local com duas linhas de trabalho. Diz que espera que a reforma seja breve para separar as duas equipes. Diz que é importante montar uma comissão para acompanhamento de perto e que se compromete em dar um parecer para o conselho.

Michel Marques pergunta da posição dos funcionários

Elaine fala que com relação aos funcionários já chegaram algumas denúncias via ouvidoria e que estão conversando com os profissionais e que está sendo esclarecido com os mesmos mas que também que há muito boato, que foram esclarecidas as questões com os profissionais.

Michel Marques faz uma denúncia de que uma gerente que trabalha a mais de 12 anos pode ser demitida na volta de suas férias.

Elaine disse que sabe quem é a pessoa e não sabe de onde veio essa denúncia, pois a mesma não procede.

Michel Marques refere que não entendeu sobre o porquê de a gerente do CAPS AD Boracéia ser chamada a comparecer na OSS quando retornar de férias.

Paulete refere que quando a gerente voltar de férias conversara com a supervisora. Quando indagada com a fala do Michel diz que não sabe de onde está vindo a respectiva denúncia.

Marcos Muniz diz que recebeu as mesmas denúncias sob a condição de anonimato.

Paulete esclarece que há autonomia para retirada do cargo de gerente, por ser um cargo de confiança.

Cecilia Motta pergunta de qual gestão é o CAPS IV (qual OSS faz a gestão do serviço).

Paulete fala que é a mesma que gerencia o CAPS AD Boracéia (AFNE).

Maria Izabel pergunta sobre a autonomia de cada serviço e quando irá completar a equipe, finalizar a formação da mesma.

Elaine disse que será assim que a reforma do prédio for finalizada.

Paulete pontua que que não há certeza de que todos usuários do SCP sejam residentes do centro.

Claudia Longhi diz que o ajuste no projeto é sempre o que o usuário desejar e a família desejar. e que não adianta que isso seja feito de forma violenta.

Maria Isabel disse que conversou com um paciente (**R.**) e que Rosângela disse que já havia entrado em contato com a família do mesmo. R. relatou que não é autorizado a falar com familiares sozinho.

Claudia Longhi esclarece que está colocando claramente no projeto o direito das pessoas em falar com familiares, se comunicarem para garantir os direitos dos mesmos.

Paulete relata sobre um paciente que encaminhado para o Cantareira onde fez a desintoxicação e que voltará para o SCP.

Jorge Arthur comenta que é importante uma denúncia sobre a falta do serviço social no Hospital Cantareira. Questiona porque esse serviço foi aberto sem ser apresentado ao CMS.

Michel Marques também questiona sobre o valor de investimento para esse serviço em detrimento dos serviços da RAPS.

Renato Viterbo diz que há necessidade de abrir a maior quantidade de serviços de acolhimento para estas pessoas.

Claudia Longhi diz que está aberta para conversar. Esclarece sobre a participação no ciclo de aperfeiçoamento do COMUDA-SP, conforme mencionado anteriormente sobre o PLANEP. Diz ainda que a STS monitora a qualidade da atuação desses profissionais novos.

Jorge Arthur comenta que não houve formação dos funcionários para o início dos atendimentos.

M^a Angélica Comis diz que as denúncias são anônimas pois ao longo dos anos, os trabalhadores são demitidos e por isso não podem colocar seus nomes nas denúncias das OSSs.

E que baseada na vista deste serviço, ela fez uma nota técnica que foi encaminhada à Coordenação Executiva e que pode ser encaminhada a todo o restante do conselho sobre as leis federais sobre drogas. Refere que dentro da nota técnica que cessem todas as ações da polícia nesse assunto; que a SMS informe todas as listas de internação involuntária, que o CAPS AD Boracéia volte a funcionar de acordo com sua portaria vigente.

Marcos Muniz consulta o plenário se acatamos a sugestão do Michel de fazermos um GT de acompanhamento. Não havendo objeções, o plenário foi em concordância para a formação do grupo de acompanhamento do SCP.

Claudia, Alex , Ricardo, Michel, Marcos, Cecília e Carol formam o GT para este tema.

2. Inquérito MP sobre Comitê Gestor da Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas;

Marcos Muniz esclarece sobre o Inquérito aberto após denúncia junto ao MP por entidades da sociedade civil sobre a falta de transparência na condução da política municipal através do Comitê Gestor da Política sobre Álcool e outras Drogas. Diz que está em sua fase final e que apenas a SGM e o COMUDA-SP estão sendo convidados a se manifestarem. Dado o adiantado da hora, não haveria discussão desta pauta.

Ricardo Iasi complementa corroborando as informações de **Marcos**.

3. Composição do Conselho - Novas representações e ausências injustificadas.

Marcos Muniz esclarece que foi feito levantamento dos conselheiros os ausentes, atualiza sobre os nomes dos conselheiros, Felipe Beccari 8 faltas, Ricardo CRM , Francisca (legislativo). Refere que serão tomadas providências pela coordenação executiva com envio de ofícios às instâncias competentes.

4. Grupo Interdisciplinar sobre a Cracolândia da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (ALESP e Câmara);

Marcos Muniz fala que considerando a presença dos assessores dos parlamentares envolvidos abordará a pauta.

Cecília Galício fala das atividades do GTI e convida Flávio para falar sobre.

Flavio assessor legislativo do Vereador Eduardo Suplicy, refere que está acompanhando via gabinete o trabalho do COMUDA com as interações que há com o conselho. Fala que o GT é público, estão todos convidados a participar, já tendo acontecido 8 reuniões que acontecem na Câmara, Alesp e na própria cracolândia. Refere que o trabalho do GT é trazer diversas narrativas e que assim possa se construir uma proposta de ação que seja interessante para todos. Escutaram diversos envolvidos como moradores, usuários. Haverá uma visita aos equipamentos de saúde para colher informações e que não sabe quando aconteceram. Aponta da importância de nutrir esse diálogo e não ser imediatista. Aponta da preocupação com a mudança dos parlamentares e explica que o GT foi criado pelas comissões de direitos humanos da alesp e camara.

M^a Angélica agradece **Flavio** pelo depoimento e relata que na participação do GTI há algumas coisas interessantes e que a deputada Janaina Paschoal também faz parte e que teve uma reunião das 10h as 16h. E que teve algumas questões como o Rafael Bernadon e Robeiro do Cratod que foram convidados para esta reunião e que teve convites para outros vereadores de outros estados e mais de 30 moradores da região da Luz, e todos com discurso igual ao da deputada e que teve um questionamento para o município de São Paulo sobre o porquê não teve aderência sobre a ampliação dos hospitais psiquiátricos e das comunidades terapêuticas. E que no final houve conversas paralelas sobre este tema e que ela fez uma leitura de que pouco tempo depois foram surgindo outros pontos, polícia civil convencendo usuários a se tratarem, com a criação do SCP e que suscitam elocubrações da nossa parte. Diz ainda que os moradores da Luz tem vontade de criminalizar as organizações da sociedade civil e que houveram ofensas descabidas sobre o É de Lei e que foi reconhecido de que não conhecem as organizações e que o É de Lei foi convidado a fazer uma apresentação a estes moradores.

E que ela ficou pensando o quão seguro é fazer esta apresentação se já teve colaboradores levando borrachada da polícia no período do primeiro turno e que podem sofrer violência por usarem vestimentas específicas na rua em períodos eleitorais. Pontua que acha interessante fazer uma reunião coletiva com estes moradores e não somente o É de Lei sozinha.

Marcos Muniz reforça a importância da proposta, citando por exemplo como os pacientes do CAPS sofrem com o preconceito da vizinha na próximo ao CAPS, destacando a importância do diálogo com esse setor da sociedade.

Cecilia Galício diz que foi feita uma proposta de que trouxéssemos usuários de substâncias e moradores para as reuniões. E os moradores disseram que representavam os usuários. E que foi entendido que o lugar de discussão é muito opressor.

Isabel Figueiredo disse que teve uma discussão parecida no Comitê Pop Rua e que tem feito as reuniões nos auditórios e que a população de rua já ocupa lá e que pode ser uma espaço mais acolhedor.

Marcos Muniz agradece **Flávio** destacando a importância do Legislativo se aproximar e participar das políticas sobre drogas.

Artista presente na reunião comenta que representa a sociedade civil e realiza uma apresentação de uma musica. Espaço concedido;

Após a apresentação, **Marcos Muniz** encerra a reunião.